

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL
CAMPUS JAGUARÃO**

CARLA SILVA TORMAM

**RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM
TRABALHO COLETIVO PAUTADO NA PESQUISA-AÇÃO**

**JAGUARÃO
2019**

CARLA SILVA TORMAM

**RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM
TRABALHO COLETIVO PAUTADO NA PESQUISA-AÇÃO**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade Federal do Pampa–campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Trindade da Silva Selbach

Linha de Pesquisa: Política e Gestão da Educação

**JAGUARÃO
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

T677r Tormam, Carla Silva

Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico: um trabalho
coletivo pautado na pesquisa-ação / Carla Silva Tormam.
72 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2018.

"Orientação: Paula Trindade da Silva Selbach".

1. Projeto Político-Pedagógico. 2. Gestão Democrática. 3.
Construção Coletiva. I. Título.

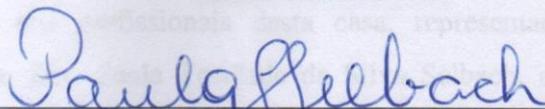
CARLA SILVA TORMAM

**RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM
TRABALHO COLETIVO PAUTADO NA PESQUISA-AÇÃO**

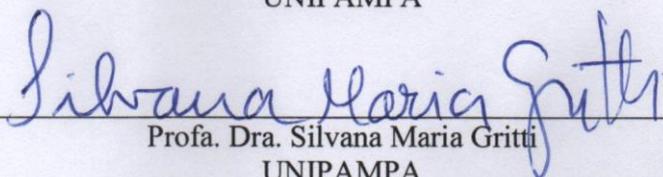
Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação.

Relatório Crítico-Reflexivo defendido e aprovado em: 02 de Agosto de 2019.

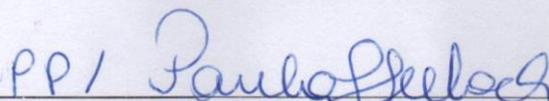
Banca examinadora:



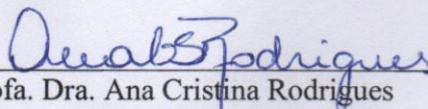
Profa. Dra. Paula Trindade da Silva Selbach
Orientadora
UNIPAMPA



Profa. Dra. Silvana Maria Gritti
UNIPAMPA



Profa. Dra. Beatriz Maria Atrib Boéssio Zanchet
UFPel



Profa. Dra. Ana Cristina Rodrigues
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Dedico meus agradecimentos, primeiramente, aos meus pais, José Tormam e Clara Silva Tormam, por terem sempre apontado o caminho da educação como prioritário para minha vida, deixando muitas vezes seus sonhos de lado para me proporcionar um futuro melhor. Aqui também não posso deixar de agradecer à minha irmã, Josi Silva Tormam, pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos, sempre acreditando no meu potencial.

O curso de Mestrado Profissional em Educação surgiu em um momento de grande turbulência na minha vida pessoal. Acredito que ele me resgatou e reorganizou meus pensamentos. Nesta etapa, meu marido Edison Fernandes Pinto teve o papel de me apoiar e acreditar que eu chegaria ao final. A ti, Edison, agradeço a generosidade e companheirismo que foram fundamentais para minha conquista.

Por fim, e não menos importante, estão os meus professores. Sem eles não chegaria a lugar algum, principalmente os da Universidade Federal do Pampa, minha querida Universidade a qual constrói a cada dia minha vida profissional. Por isso, dedico o agradecimento aos profissionais desta casa, representados no nome da minha orientadora, Profa. Dra. Paula Trindade da Silva Selbach, a qual brilhantemente me orientou nesta caminhada. A todos o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente Relatório Crítico-Reflexivo teve como objetivo geral o acompanhamento da Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da Escola de Educação Infantil Casa da Criança, localizada no Município de Jaguarão/RS. O trabalho foi apresentado ao curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão. O referencial teórico que sustenta a proposta está dividido em dois subitens, primeiro abordando o Projeto Político-Pedagógico, e, posteriormente, a importância de sua construção coletiva. A metodologia utilizada neste trabalho esta pautada na pesquisa-ação. Dentre os procedimentos metodológicos estão: questionários, entrevistas e rodas de conversas. As reflexões resultantes deste Relatório estão relacionadas às discussões que permeiam a construção do Projeto Político-Pedagógico e à importância de sua constante avaliação.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Gestão Democrática. Construção Coletiva.

RESUMEN

El objetivo de este Informe de reflexión crítica fue acompañar la Reconstrucción del Proyecto Político-Pedagógico de la Escuela de Educación Infantil *Casa da Criança* Jaguarão/RS, presentado al curso de Maestría Profesional en Educación por la Universidad Federal de Pampa, Campus Jaguarão. El marco teórico que respalda la propuesta se divide en dos sub-ítems, abordando primero el Proyecto Político-Pedagógico y luego la importancia de su construcción colectiva. La metodología utilizada en este trabajo se basa en la investigación-acción, entre los procedimientos metodológicos se encuentran cuestionarios, entrevistas y ruedas de conversación. Las reflexiones resultantes de este informe están relacionadas, las discusiones que permean la construcción del Proyecto Político-Pedagógico y la importancia de su evaluación constante.

Palabras clave: Proyecto Político-Pedagógico. Gestión democrática. Construcción colectiva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem da Escola	19
----------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolas Municipais de Educação Infantil	18
Tabela 2: Nomenclatura/Oferta das Modalidades da Educação Infantil.....	18
Tabela 3: Questionário entregue as coordenadoras	34
Tabela 4: Estrutura da Entrevista.....	34
Tabela 5: Percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico	36
Tabela 6: Organização dos Encontros.....	38

LISTA DE SIGLAS

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

PPP – Projeto Político-Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Minha caminhada e as observações sobre o Projeto Político – pedagógico das EMEIS	12
1.2 Contexto da Pesquisa: A Educação Infantil no Município de Jaguarão e a EMEI casa da criança.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 Projeto Político-Pedagógico	22
2.2 Projeto Político-Pedagógico: a importância da construção coletiva	23
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	32
3.1 Diagnóstico da Pesquisa.....	34
3.1.1 Análise dos dados coletados no diagnóstico.....	35
3.2 A Pesquisa-ação	38
3.3 Rodas de Conversa: Trabalho em Conjunto	39
4. DESCRIÇÃO DOS ENCONTROS: REFLEXÕES E ANÁLISES.	41
4.1 Primeira Roda de Conversa	41
4.2 Segunda Roda de Conversa	41
4.3 Terceira Roda de Conversa.....	45
4.4 Quarta Roda de Conversa.....	47
4.5 Quinta Roda de Conversa.....	50
4.6 Sexta Roda de Conversa.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	60

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo busco apresentar um pouco da minha trajetória acadêmica e o caminho que percorri até encontrar o destino da minha pesquisa. Serão apresentadas as investigações efetuadas, contextualizando a Educação Infantil do Município de Jaguarão/RS e da escola onde pesquisa foi realizada. Com isso, divido este capítulo em dois importantes itens, o primeiro tratando da minha caminhada até aqui, assim como as observações que compuseram o diagnóstico da pesquisa, e, o segundo, o contexto de sua realização.

1.1 Minha caminhada e as observações sobre o Projeto Político-Pedagógico das EMEIS

Início minhas reflexões neste relatório reservando uma pequena parte para descrever o caminho percorrido por mim até aqui, por acreditar que seja de fundamental importância conhecer minha trajetória e, assim, justificar meu interesse neste estudo. Advenho de família de classe média baixa, filha de empregada doméstica e comerciante, sempre muito incentivada pelos pais para que, através dos estudos, conquistasse meus objetivos. Concluí o Ensino Fundamental e Médio em escola pública deste município.

No ano de 2006, ingressei com muito orgulho na primeira turma do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), agraciada pela instalação do Campus na cidade de Jaguarão. Concluí o curso na primeira formatura realizada pela Universidade no ano de 2010. Recordo-me com muita satisfação que participei junto a colegas, professores e comunidade jaguarense da luta pela oportunidade de realização de novos cursos e, conseqüentemente, da efetiva instalação da UNIPAMPA, que hoje é parte fundamental no desenvolvimento do município. Por sua vez, este movimento ocorreu com várias mobilizações e caminhadas, as quais marcaram a história deste aguerrido povo.

A luta por conquista de direitos e movimentos sociais sempre teve espaço em minha caminhada, hoje vejo o quão significativo foram nossas ações, uma vez que me formei no ano de 2016 em um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* nesta mesma Instituição, com o título de Psicopedagoga Institucional e, posteriormente, ingressei neste curso de Mestrado Profissional em Educação.

Minha trajetória profissional inicia-se, primeiramente, no comércio desta cidade. Posteriormente, com a nomeação como servidora efetiva no município de Jaguarão, no cargo de professora. Durante todo o ano de 2016 trabalhei na função de Assessora Escolar, na Secretaria Municipal de Educação. Devido à troca da gestão Municipal, no ano de 2017, retornei para a sala de aula.

O contato com a gestão da educação municipal como um todo me proporcionou compreender a importância da gestão democrática da Educação e, conseqüentemente, dos documentos norteadores das instituições de ensino, como o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, por exemplo.

Acredito na Educação para todos e planejada por todos, então vejo neste projeto de pesquisa-ação uma oportunidade de acompanhar o surgimento e consolidação destes registros que trazem identidade para a comunidade a qual pertencço. Assim, o objetivo desta investigação é acompanhar a reconstrução e retomada de discussões do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Casa da Criança, revisitando e dialogando a partir das lacunas presentes no atual documento.

Este projeto torna-se especialmente significativo devido ao meu trabalho como professora na instituição de ensino em que este estudo será realizado. Durante o período de atuação como professora nesta escola observei relatos dos colegas de como este documento torna-se importante para aquela comunidade, uma vez que a maioria dos colegas que nela atuam não fez ou desconhecem a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola. A instituição de ensino passou por diversas mudanças em sua coordenação, o que causou desconforto e dificultou o trabalho dos professores, uma vez que advinham de uma coordenação duradoura e que era reconhecida por propiciar um trabalho de constante participação de todos os agentes escolares.

A EMEI Casa da Criança vive um momento de inúmeras mudanças no seu quadro profissional. Atualmente, é a única escola de Educação Infantil do Município que ainda não possui o Regimento Escolar, mas nem sempre esta foi à realidade local. A escola foi a primeira instituição de educação infantil deste município a implementar o Conselho Escolar, desde a data da eleição, que efetivou o conselho no ano de 2014.

As escolas de Educação Infantil do município e a Escola em que este estudo está sendo realizado, durante os últimos anos, vêm se consolidando como espaço educacional, perdendo de fato suas características assistencialistas, que eram voltadas exclusivamente para o cuidado das crianças. Um dos avanços conquistados por estas instituições dá-se a partir da construção dos documentos norteadores – Projeto Político-

Pedagógico e Regimento Escolar – até então existentes neste município apenas nas escolas de Ensino Fundamental.

É observando este avanço que volto meu olhar a essas conquistas e, posteriormente, ao desejo de acompanhar o processo de reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da EMEI Casa da Criança. Considero que este processo é fundamental para ações futuras da equipe e da comunidade escolar, uma vez que o documento trará à tona as metas e os objetivos da comunidade escolar.

Optei por realizar uma primeira reunião com os colegas da Escola. O objetivo era tratar sobre as necessidades da Instituição e discutir a respeito da condução do nosso trabalho, enquanto grupo. Neste momento, acordamos toda a dinâmica de trabalho, reuniões e datas que estas ocorreriam. Destaco que toda a dinâmica foi decidida e organizada pelo grupo.

A EMEI Casa da Criança aprovou seu Projeto Político-Pedagógico no dia 28 de Novembro de 2017, na Biblioteca Pública Municipal, contando com a presença dos membros da escola e da comunidade em geral.

Este trabalho proporcionou encontros com os docentes com o objetivo de compreender o processo de reconstrução do Projeto Político – Pedagógico da EMEI Casa da Criança do município de Jaguarão/ RS. Especificamente, buscou-se:

- Compreender como ocorreu o processo de construção do projeto Político-Pedagógico da escola;
- Identificar como os professores e a coordenação escolar compreendem o processo de revisão do documento.
- Problematicar os conceitos da comunidade escolar no que se refere aos itens pertencentes ao PPP.

O Conselho Municipal de Educação de Jaguarão aprovou, no mês de março do ano de 2016, a Resolução Nº 1 de 2016, que estabelece as normas para a oferta da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Jaguarão. Dentre as deliberações desta Resolução, ficou estabelecida a necessidade de que cada escola do município efetive a construção dos documentos norteadores, como Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar. O intuito foi solidificar e explicitar a proposta pedagógica das instituições de ensino.

Dado este momento tão importante para as escolas de educação infantil municipais, estas passaram a promover espaços de formações para os profissionais

ligados à área, com a finalidade de adequação da legislação municipal. Estas normas tornam-se fundamentais para as mudanças do caráter das instituições, tornando-se espaços voltados cada vez mais ao aprendizado e menos assistencialistas. Ricieri e Santos (2016) destacam que, em tempos anteriores, a Educação Infantil não estava voltada ao desenvolvimento integral da criança. Nas palavras dos autores Ricieri e Santos (2016, p. 181) “é possível contemplar fatores essenciais a respeito da educação, como garantir que os sujeitos tenham contato com a alfabetização; dar aos alunos os meios para que desenvolvam suas capacidades mentais”. Elaborar com responsabilidade a proposta pedagógica da escola é pensar estratégias voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, tornando as escolas espaços de aprendizados, e não em espaços meramente assistenciais.

Ainda segundo os autores Ricieri e Santos (2016, p. 182), “as discussões e as interações de teóricos vêm propiciando novos paradigmas e têm alterado o rumo de nossa história que está por vir agregando a ela um novo conceito de educação”. Sem dúvidas esta resolução agrega valor significativo às escolas de Educação Infantil, fazendo cumprirem-se as normas já estabelecidas em todo o território nacional, valorizando e proporcionando ainda mais qualidade no ensino das crianças deste município.

Pensando em assegurar o atendimento das adequações exigidas na Resolução 01/2016, durante todo o ano de 2017 a Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão, em parceria com a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), realizou formações com as escolas de Educação Infantil do município. A intenção foi oferecer conhecimentos e informações acerca da construção e elaboração dos documentos necessários para a efetivação destas escolas. Este espaço de discussão obteve o nome de INFRAGRUPOS.

Com o intuito de compreender a estrutura e objetivos destas formações, realizou-se uma entrevista semiestruturada com uma professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), coordenadora e palestrante destas formações. Foram 5 encontros do INFRAGRUPOS, cujo objetivo foi oferecer informações legais e pedagógicas contidas nos referidos documentos, voltadas a professores e gestores das escolas de Educação Infantil do município.

A entrevista é um das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos

valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnósticos e orientação (GIL, 2011, p. 109).

Os encontros eram organizados em dois grupos distintos, um formado apenas pelas coordenadoras das escolas de Educação Infantil do Município e diretoras de escolas particulares; e, o outro, em conjunto com os responsáveis pela Secretaria Municipal de Educação. Com este último, segundo a organizadora, eram discutidos assuntos de cunho legal, incluindo as concepções de escola e infância. Quanto ao público alvo do outro grupo, estão presentes educadores e recreacionistas das escolas municipais e privadas do setor da educação infantil.

A partir das informações coletadas julguei necessário um levantamento de dados junto às coordenadoras das escolas de Educação Infantil Municipais para que pudesse avaliar a relevância desta pesquisa para as referidas escolas. Com isso foram aplicados questionários endereçados às coordenadoras das instituições. As questões abordadas tratam do papel de cada uma nas formações do ano de 2017, e de que modo as formações auxiliaram no processo de elaboração dos documentos.

Lakatos e Marconi (2003, p. 201) definem questionário como:

[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Outros questionamentos levantados foram relativos à organização da escola na construção do(s) documento(s), quanto à participação das famílias e dos professores. Também se questionou a respeito de qual avaliação a escola fez de todo este processo e, por fim, quais sugestões acrescentariam a estas discussões ou a de encontros posteriores, ao que se refere à importância da construção dos documentos citados anteriormente.

Existem seis escolas municipais de Educação Infantil no município de Jaguarão que atendem em torno de 500 crianças desta localidade, com isso foram seis coordenadoras que responderam aos questionamentos desta pesquisa. O grupo é formado por cinco pedagogas e uma licenciada em matemática, sendo que cinco possuem pós-graduação na área da educação.

As coordenadoras destacam o quanto foram valiosas as formações organizadas em 2017, ressaltando a importância dessas na construção dos documentos, visto que

nenhuma escola de Educação Infantil possuía tal exigência. A fala de uma das coordenadoras exemplifica o valor mencionado

Foram explanados vários tópicos dos quais eram de fundamental importância termos conhecimento, para que então a partir daí pudesse dar início a essa construção, assim como orientações passo a passo dos itens que deveriam constar (fala retirada do questionário aplicado).

A participação dos envolvidos neste processo se deu de forma muito semelhante em todas as escolas, por meio de questionários e assembleias. As principais sugestões deixadas pelas coordenadoras são no sentido de que as formações ocorram nos espaços escolares e que haja maior espaço destinado à troca de experiências, para que estas possam avaliar os processos que estão ocorrendo dentro de cada instituição.

Após as reflexões e leituras dos dados coletados durante a construção do diagnóstico desta pesquisa, compreendo a relevância deste estudo uma vez que a construção dos documentos norteadores destas instituições de ensino torna-se fator determinante para sua consolidação. Este processo é, sem dúvidas, um marco para o entendimento de escola nas comunidades.

Nas palavras de Veiga (2012, p. 33):

Construir projetos Político-Pedagógicos na esteira da formação humana significa trilhar caminhos participativos e solidários com coragem, consciência crítica, indignação e muita luta para a construção de uma escola melhor para todos. Tais projetos definem as ações que se quer realizar e assumem o plano global da instituição visando configurar e uma sistematização, desde a dimensão compreensiva à efetivação.

Diante da revisão tanto da entrevista com a coordenadora do INFRAGRUPOS, quanto dos questionários respondidos pelas coordenadoras das EMEIS, percebo o quanto esta proposta foi fundamental para que o Projeto Político-Pedagógico seja de fato um documento que represente mais do que o cumprimento de burocracias exigidas, mas, sim, um documento em constante reconstrução e de apropriação coletiva. Sendo assim, destaco a relevância tanto para a comunidade quanto para a pesquisadora o engajamento neste trabalho, pois:

Num ambiente humano, as tensões, os conflitos, os dilemas e os sentimentos fluem, pois aprendemos muito trabalhando coletivamente. Dessa forma, descobrimos novas relações, reformulamos ou reconfiguramos fatos conhecidos, trilhamos caminhos para descobrir o significado do que está sendo construído (VEIGA, 2012, p. 31).

Percebi através da fala das entrevistadas o quanto o trabalho coletivo em espaços de formação é fundamental para a compreensão dos fatores relevantes das escolas enquanto espaços de aprendizagens e espaços de interesses coletivos. Com isso, almejo alcançar estes ambientes de reflexão junto à comunidade escolar.

1.2 Contexto da Pesquisa: A Educação Infantil no Município de Jaguarão e a EMEI casa da criança

A cidade de Jaguarão está situada na região da campanha do estado do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com o município uruguaio de Rio Branco. Atualmente, existem sete escolas de Educação Infantil em Jaguarão. Essas escolas realizam o atendimento de 500 crianças, com idade de zero a cinco anos.

Tabela 1: Escolas Municipais de Educação Infantil

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EMEI Bolinha
EMEI Casa da Criança
EMEI Cebolinha
EMEI Pato Donald
EMEI Pedacinho do Céu
EMEI Profa. Verdina Raffo
EMEI Profa. Silvia Beatriz Ferreira Soares

Fonte: Construção da Pesquisadora

As classes da Educação Infantil estão constituídas de acordo com as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que apresenta no artigo 30, capítulo II, seção II as ofertas da educação infantil, conforme tabela descritiva abaixo:

Tabela 2: Nomenclatura/Oferta das Modalidades da Educação Infantil

NOMENCLATURA/OFERTA	FAIXA ETÁRIA COMPREENDIDA
Creche I	Zero a 22 meses
Creche II	22 meses a 03 anos
Pré-Escola I	Entre 03 anos e 04 anos

Pré-Escola II	Entre 04 anos e 05 anos
Pré-Escola III	05 anos de idade (até 31 de Março ano da matrícula)

Fonte: Lei n. 6.041, de 06 de outubro de 2014

A administração das escolas dá-se por conta de nomeação de um Coordenador por parte da Secretaria Municipal de Educação.

A Escola de Educação Infantil Casa da Criança situa-se na Rua 3 de Outubro, nº 170, bairro Centro. Atualmente, possui 118 alunos matriculados nos turnos da manhã, tarde e integral, contemplando as turmas de Berçário, Creche I, Creche II, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II. O quadro profissional da escola é formado por 10 professoras, uma orientadora Educacional e a Coordenadora. A Escola de Educação Infantil Casa da Criança passou a ocupar um novo prédio, justificado pela Secretaria Municipal de Educação como tendo objetivo de melhorar suas instalações, já que o novo prédio possui maior número de salas e melhores acomodações, tanto para alunos quanto para professores. O novo prédio possui 5 salas de aula, 1 refeitório, cozinha, 1 sala para professores, sala da coordenação e 3 banheiros.

Figura 1: Imagem da Escola



Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Souza (2016), a Casa da Criança foi a primeira escola de educação infantil de Jaguarão, inaugurada como Unidade de Preparação ao Pré-Escolar (UPPE), no dia 11 de Novembro de 1974, obtendo o apoio da Legião Brasileira da Assistência (LBA)¹ para sua instalação.

Após sua fundação a escola atendia cerca de 30 crianças. O prédio da primeira sede da instituição era um chalé que recebia crianças com idade entre três e seis anos de idade. Com o tempo foram sendo realizadas melhorias no prédio, incluindo aumento de salas de alvenaria, segundo informações da Secretaria de Educação Municipal.

O trabalho pedagógico da escola sempre foi motivo de orgulho para os profissionais da educação, sendo que inúmeros projetos e trabalhos acadêmicos foram realizados nesta EMEI. Um dos trabalhos desenvolvidos na Instituição que trouxe excelente legado para a comunidade escolar é o vínculo da instituição com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa. O excelente trabalho dos profissionais que nela atuam se refletiu na grande procura e disputa de vagas na EMEI Casa da Criança.

Durante o ano de 2019 e os que antecederam este período, iniciando no começo de 2017, a escola passou por adaptações quanto às sucessivas trocas de coordenação, causando instabilidades entre os profissionais, que afetaram o trabalho desenvolvido. Uma das questões levantadas pela comunidade desta escola refere-se ao Projeto Político-Pedagógico. Este documento tão importante, que serve de referência para o trabalho de todos, tanto dos professores quanto da comunidade escolar. Contudo, os integrantes da EMEI Casa da Criança tratam o Projeto Político-Pedagógico como algo que em determinado momento surge como pronto, não tendo sido construído coletivamente.

Quando surgiu minha proposta de realização desta pesquisa junto aos profissionais da Casa da Criança, tive o prazer de contar com o entusiasmo e interesse dos colegas. A equipe já era reconhecida pela participação em projetos voltados para a melhoria da escola, com um quadro formado por profissionais comprometidos e engajados na melhoria da educação. Primeiramente havia a proposta de que este trabalho ocorresse de forma a acompanhar a construção do Regimento Escolar, porém durante uma reunião prévia sobre o desenvolvimento do trabalho, surgiram as questões

¹ Legião Brasileira de Assistência: órgão que regia a Assistência Social da época em que a escola foi inaugurada, período este em que a Educação Infantil do município era vinculada a Assistência Social.

sobre a falta de identificação e conhecimento da comunidade escolar com o Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Desta forma, voltei meu olhar e meus estudos para as questões trazidas pelo grupo, por acreditar ser de imensa importância a realização e atendimento das demandas dos participantes da pesquisa, tornando, de fato, este trabalho imensamente significativo para toda a comunidade. Ademais, a construção do Regimento seria inviabilizada pela dificuldade da comunidade se reconhecer no Projeto Político-pedagógico que estava em vigor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o que dizem os autores que inspiram e embasam este estudo, sempre delimitado pela legislação vigente.

O subcapítulo 2.1 trata do Projeto Político-Pedagógico e traz autores como Veiga (2012). Já o Subcapítulo 2.2 aborda a questão da importância da construção coletiva. Traz autores como Gutierrez e Catani (2013), Veiga (2013) e Rossi (2005).

2.1 Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que define as metas e normas que a escola deverá seguir. Nele estarão previstas as responsabilidades pessoais e coletivas, norteadas o trabalho escolar. O ideal é que se garanta na escola que todos os profissionais tenham acesso e participação na construção e constante revisão do documento. Este documento caracteriza-se como um conjunto de propostas cujo objetivo está em realizar e executar as ações lançadas do presente para o futuro, de forma a concretizar a função social da escola, tornando o espaço da instituição campo emancipatório, voltado para o desenvolvimento global de cada sujeito, com projetos educacionais voltados para tal.

O Projeto Político-Pedagógico da EMEI Casa da Criança obtinha os seguintes itens: Dados de identificação da Escola (quadro funcional, organização da escola, conselho escolar, área física); Filosofia da Escola; Caracterização da Escola e sua comunidade Escolar; Concepção da Escola (concepção de Educação Infantil, sociedade, família, escola, criança, aprendizagem, currículo e inclusão); Objetivos da Educação Infantil; Metodologia; Regimento Interno; Metas (pedagógicas, recursos financeiros e humanos); Regime de Matrícula; Planejamento; Avaliação; Atribuições; Calendário Escolar; Organização das turmas.

Segundo Veiga (2012), precisamos pensar o Projeto Político-Pedagógico de forma a pensar uma nova gestão, onde se lute contra a fragmentação do trabalho pedagógico, buscando novas organizações do trabalho, onde haja constante reflexão. Para a autora, sete elementos básicos devem ser apontados no documento, são eles: “as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação” (VEIGA, 2012, p. 22).

É preciso que pensemos o projeto pedagógico com propriedade e conhecimento de quais objetivos a escola deseja alcançar, tornando este documento constante reflexão sobre o cotidiano escolar. Veiga (2012, p. 32) coloca que

[...] é preciso entender o projeto Político-Pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação necessário à consolidação de sua proposta.

O PPP é espaço de democratização e repensá-lo diariamente é tarefa fundamental para a qualidade do fazer pedagógico. Os envolvidos precisam compreender o papel de cada um como agentes de transformação. Para Veiga (2012, p. 32)

[...] a construção do projeto Político-Pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

De pronto é possível afirmar que o PPP sem dúvida é processo político e de resistência. Mostrar e defender as características e anseios da escola é papel fundamental, que deve estar presente em cada página deste documento, considerando que

[...] é importante destacar que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessárias dentro e fora dos muros da escola (VEIGA, 2012, p. 32).

2.2 Projeto Político-Pedagógico: a importância da construção coletiva

Estar à frente de uma gestão escolar e conseguir que esta seja uma gestão democrática, onde todos os atores nela envolvidos desempenhem e atuem no efetivo exercício de seus direitos, não é tarefa fácil. Gutierrez e Catani (2013, p. 79) destacam os desafios desta modalidade de gestão ao explicarem que

[...] transferir a autoridade e a responsabilidade pela gestão de um bem público para o grupo envolvido no trabalho é uma prática democrática e socialmente justa, desde que não se escondam por trás o incentivo a ações de natureza corporativa.

É necessário que, de fato, a gestão defenda os interesses da comunidade e não que seja mera reprodutora de um sistema maior, ao qual designa as prioridades da escola, sem observar as necessidades locais. Para isso é necessário que todos tenham conhecimento da sua importância e das responsabilidades implicadas a cada um. Isso se torna fundamental porque:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura do poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (VEIGA, 2012, p. 19).

O desafio deste conhecimento das funções da gestão democrática por parte de seus atores está no papel da comunidade nas questões escolares, especialmente da escola pública. Atendendo principalmente famílias de classe média e baixa e atores que enfrentam cotidianamente relações entre desiguais, afastando-se da democracia almejada. Gutierrez e Catani (2013, p. 86) tratam deste tema de forma a acreditar que “quando falamos em gestão participativa no âmbito da escola pública estamos nos referindo a uma relação entre desiguais”. Demonstrando o quanto estas relações afetam a implementação da gestão democrática, como os enfrentamentos financeiros e também de “uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica” (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 87).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) prevê que todos os profissionais da educação devam ter efetiva participação na proposta pedagógica da escola, salientando a importância dos representantes do Conselho Escolar nesse processo. Compreender a gestão democrática é compreender que esta não é apenas uma sugestão, e, sim, o entendimento fundamental de funcionamento e democratização da vida escolar.

O Plano Nacional de Educação traz como meta 19 a seguinte orientação:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, PNE, 2014, p. 59).

Na escola, a gestão democrática caracteriza-se pelo papel de seus agentes em identificar os problemas, deliberar soluções e indicar as suas prioridades e necessidades existentes dentro da comunidade escolar, sempre planejando as suas ações. Os agentes da gestão democrática estão representados pelos Conselhos Escolares, que ainda enfrentam grandes dificuldades em exercer suas devidas funções, concentrando ainda as decisões na figura do diretor. Para Gutierrez e Catani, (2013, p. 88) fica evidente em pesquisas relacionadas ao papel dos Conselhos Escolares, “o papel do diretor enquanto condutor do processo decisório pelos Conselhos. Onde fica evidente o poder do diretor para encaminhar o Conselho no sentido de assumir posições coerentes com a sua visão do que é melhor naquelas circunstâncias”.

A principal ferramenta que leva a efetivação da gestão democrática é o diálogo, sem ele não há democracia. Para os autores

[...] a participação se funda no exercício do dialogo entre as partes. Esta comunicação ocorre, em geral, entre pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 89).

No cotidiano escolar há a necessidade ainda mais relevante da presença do diálogo nas ações do dia-a-dia e em decisões importantes, sendo que

[...] na prática da gestão escolar, esta diferença, que em si não é original nem única, assume uma dimensão muito maior do que a grande maioria das pessoas de gestão participativa e auto-gestão que pode ser observada (GUTIERREZ; CATANI, 2013, p. 89).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº. 04/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, aponta no seu Artigo 55 que:

A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola (BRASIL, DCN, 2010, art. 55).

Este é um avanço muito significativo para as escolas em que práticas de gestão autoritárias e formas rígidas de hierarquia, que desconsideram a participação de todos, perdem espaço para a participação e para a cidadania, ressaltando o envolvimento de

todos como gestores. É neste sentido que esta pesquisa pretendeu voltar o olhar do coletivo para a reconstrução do documento norteador da escola, onde todos têm oportunidade. Rossi (2005, p. 68) destaca que “a gestão do PPP insere-se necessariamente no momento da cultura da escola, no conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizaram a escola como organização”.

A elaboração e a construção da Proposta Pedagógica da Escola estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Nos Artigos 12, 13 e 14 é salientada a importância desta e da participação do coletivo para que seja mantido os interesses da comunidade escolar no que tange às normas da gestão escolar no ensino público. Dentre os artigos acima citados, destaco o artigo 14, que trata dos princípios da gestão democrática no que se refere à participação de todos da comunidade escolar na construção e elaboração da proposta pedagógica da escola. O artigo 14 da LDB apresenta:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, LDB, 1996, art. 14).

Para Veiga (2013, p. 14) “ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”. Construir uma proposta pedagógica que vise os interesses de todos os agentes escolares sempre adequando as necessidades dos alunos, torna-se um processo cada vez mais desafiador, uma vez que a escola vive neste momento tempos difíceis no que tange à infraestrutura e valorização do profissional docente, além de cada vez mais ser espaço de diferentes realidades socioeconômicas distintas.

Como pesquisadora entendo que um trabalho como este de reavaliação das medidas e decisões adotadas em um documento de interesse coletivo, e reflexão dos grupos acerca destas conquistas, serve como ferramenta de autonomia e regulação dos direitos de todos, não podendo ser entendido como apenas uma intervenção realizada neste ambiente; mas sim um projeto executado por todos os envolvidos.

As práticas e organizações burocráticas das escolas tornam muitas vezes estes processos coletivos em espaços de regulação de comportamentos, afastando seus

membros das decisões e participação dos projetos. Rossi (2005, p. 53) trata a questão da burocratização como algo que “impõe um quadro social homogêneo, com hierarquia das funções, regras de promoção, divisão das responsabilidades, estrutura da autoridade”.

A construção e a constante avaliação deste documento não podem ser vistas com uma finalidade de meramente concluí-lo para ser apresentado como produto final de um trabalho. É necessário que a comunidade escolar reconheça seus interesses dentro deste documento, para tal não é possível que este apresente realidades extremamente distantes dos sujeitos. Sendo assim, o inovador tem que estar presente nestas realidades. Veiga (2003, p. 5) corrobora com esta ideia ao trazer que,

Um processo de construção coletiva fundada no princípio da gestão democrática reúne diferentes vozes, dando margem para a construção da hegemonia da vontade comum. A gestão democrática nada tem a ver com a proposta burocrática, fragmentada e excludente; ao contrário, a construção coletiva do projeto Político-Pedagógico inovador procura ultrapassar as práticas sociais alicerçadas na exclusão, na discriminação, que inviabilizam a construção histórico-social dos sujeitos.

As relações estabelecidas entre os indivíduos estarão presentes em todos os momentos nessas construções para que prevaleçam os interesses do coletivo, visando o desenvolvimento pessoal e intelectual dos sujeitos pertencentes a esses espaços, mesmo sabendo que a relação de autonomia dos sujeitos sempre está condicionada a algumas relatividades. Como nas palavras de Barroso (2013, p. 25) “a autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orienta, as diversas dependências em que os indivíduos os grupos se encontram nos seu meio biológico ou social, de acordo com suas próprias leis”. É sempre muito importante que cada indivíduo reconheça sua importância e responsabilidade dentro dos processos.

Freire (1967) trata da importância destas relações entre os envolvidos na sua obra *Educação como prática da Liberdade*, argumentando que:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 1967, p.43).

Muitas vezes apenas a direção está empenhada na tarefa de elaborar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, esquecendo que todos que a frequentam devem estar a par desta construção para opinar e ajudar a produzir. Quando se trata da

autonomia da escola é preciso que se entenda o real valor desta conquista, nas palavras de Barroso (2013, p. 27) é

[...] o que está em causa não é conceder maior ou menor autonomia às escolas, mas sim reconhecer a autonomia da escola como um valor intrínseco à sua organização, e utilizar essa autonomia em benefício das aprendizagens dos alunos.

Sendo de fundamental importância o comprometimento para a elaboração de um documento que será o cerne da instituição, o qual distinguirá cada processo, etapa, regra, que deverá ser respeitada e seguida pelos que compõem o espaço escolar.

Freire (1967) destaca a importância das decisões advindas do coletivo, não havendo espaço para aquelas com normas impostas, que visam sempre a permanência das estruturas e relações de poder, agindo como se certas decisões tivessem advindo do conjunto, mas não sendo elaborados pelos mesmos. Sendo assim, ressalto a importância deste grupo de pesquisa, onde seus sujeitos terão papel ativo na tomada de decisões e irão contrapor uma característica da sociedade moderna, já apontada por Freire e expressa na assertiva a seguir:

E o fará melhor, toda vez que, integrando-se ao espírito delas, se aproprie de seus temas fundamentais, reconheça suas tarefas concretas. Uma das grandes, se não a maior tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida (FREIRE, 1967, p. 43).

Elaborar o Projeto Político-Pedagógico da escola, e, mais importante, revisá-lo sempre que necessário, é dar voz e rosto aos interesses e metas da instituição e sua comunidade. Algumas medidas precisam ser tomadas para que a comunidade possa encontrar espaço de participação nessas atividades, incluindo todos os que trabalham na escola. Para Barroso (2013, p. 40)

[...] a necessidade de envolver na gestão todos os que trabalham na escola exige normas e práticas que promovam uma gestão participativa e uma cultura democrática, quer pela valorização de formas de participação representativa, quer principalmente diferenciando e coletivo de funções de gestão.

Quando tratamos da importância do Projeto Político-Pedagógico, Ilma Passos Veiga (2012) destaca em sua obra que este documento não é meramente burocrático, com acúmulos de propostas e intenções com o fim de cumprir com exigências legais, mas que este deva fazer parte do dia-a-dia da escola. Para a autora:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2012, p.15).

Esse cenário estimularia o envolvimento e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos Político-Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. “Educar (ensinar) supõe um desenvolvimento pessoal e intelectual desejável, uma formação continuada dos educadores, sem falar o projeto pedagógico socializado na comunidade escolar” (ROSSI, 205, p. 73). O Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul apresenta Meta e estratégias referentes à Educação Infantil. O objetivo da Meta 1 configura-se como:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade em todos os municípios e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PEE-RS, ampliando o percentual na faixa etária da creche nos municípios onde a meta do PNE já estiver alcançada, conforme os PMEs (RIO GRANDE DO SUL, PEE, 2015, p. 3).

Além disso, traz como estratégia assegurar, pelos sistemas de ensino, que em três anos todas as instituições de Educação Infantil tenham formulado seus projetos Político-Pedagógicos e culturais; com a participação das comunidades envolvidas, adequando-os às normas dos respectivos sistemas de ensino.

O Plano Municipal de Educação do município de Jaguarão/RS estabelece na estratégia 14 o estímulo à participação e à consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos Político-Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Para atender tais objetivos é necessário que a escola tenha muito claras suas metas, permitindo que membros da comunidade escolar tenham voz e que seus interesses estejam representados dentro desta proposta. Esta intervenção buscou por meio do acompanhamento da reconstrução do Projeto Político-Pedagógico proporcionar espaços de reflexão que norteiem a escrita das etapas do documento.

Quando se trabalha com diversas pessoas, é de fundamental importância o trabalho em grupo e a troca de experiências e conhecimentos. Veiga (2013) trata da relevância de criar situações de aprendizagens entre os professores na elaboração do fazer pedagógico, para autora:

O ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita às normas e exerce o controle burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade (VEIGA, 2013. p. 15).

O trabalho desenvolvido propiciará muitas aprendizagens e trocas, construindo um processo seguro e bem estruturado para a escola. É necessário atentarmos para algumas questões de representatividade dos sujeitos nessas propostas, para que os processos educativos sejam, de fato, transformadores de realidades. Rossi (2005, p. 74) aborda com maestria essa questão, ao mostrar que

[...] a escola contribui, em determinados momentos históricos, para a formação de identidades sociais e individuais específicas, de saberes docentes e discentes que não ocultam nem neutralizam as lutas e os conflitos sociais.

Precisamos organizar esses processos aos saberes que queremos que representem a comunidade escolar. Para a autora, “saberes que nos ajudam, de forma desigual em diferentes grupos e sociedades, a transformar o mundo em que vivemos” (ROSSI, 2005, p. 74). Todos devem participar, para que todos estejam a par de cada um dos itens expressos na proposta pedagógica da escola. Para Gadotti (2000, p. 38):

Todo o projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Os princípios de gestão democrática e trabalho colaborativo foram considerados nesta proposta de intervenção. Foi feita uma observação e registros no diário de campo, captando as falas mais significativas, dúvidas e a valorização dada por cada um no processo de reavaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola de Educação Infantil Casa da Criança. Este grupo de estudos aconteceu em diferentes encontros, com propostas distintas, discutindo cada etapa do documento. É necessário pensar a escola, o que se tem e o que precisa mudar, refletindo sempre sobre a qualidade do ensino, respeitando a legislação.

Ressaltando que em um trabalho com grupo de estudos há a necessidade de que este seja de fato colaborativo. Todos devem ser acolhidos em suas propostas e estas devem ser pensadas ou repensadas pelo coletivo, com democracia.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo delinearei a metodologia utilizada neste estudo, apresentando o tipo de pesquisa e as metodologias utilizadas para a coleta e a análise dos dados.

Desde o início desta proposta mantive a preocupação em criar um ambiente propício à participação de todos, oportunizando voz e vez em suas colocações.

Esta pesquisa rege os princípios de uma pesquisa-ação, uma vez que todos os envolvidos neste processo foram sujeitos ativos. Sendo assim, a participação de todos tornou-se imprescindível para a execução do trabalho. Segundo Thiollent (2003, p.14) o termo pesquisa-ação pode ser definido como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Em seu livro Metodologia da Pesquisa-Ação, Thiollent (2003) apresenta algumas das que seriam as fases desta metodologia, definindo-as como: fase exploratória, o tema da pesquisa, a colocação dos problemas, seminário, dentre outros. Desta forma, observa-se neste relatório o preenchimento das etapas aqui apresentadas, tendo início no surgimento da temática junto aos colegas e a constatação da necessidade de executá-la dentro da escola. A definição do tema da pesquisa o qual já era necessidade da escola, sendo este um grande desafio a ser enfrentado pela instituição. Por fim, a realização do seminário, ponto auge desta pesquisa, onde todos os sujeitos permanecem ligados a esta proposta, trabalhando e implementando as regras que nortearam o trabalho.

Como pesquisadora, entendo que um trabalho como este, onde propomos a elaboração de um documento de interesse coletivo, cuja construção respeite os interesses do conjunto, servindo como ferramenta de autonomia e regulação dos direitos de todos, não pode ser entendido apenas como uma intervenção realizada no ambiente escolar, mas, sim, como uma ação executada por todos os envolvidos, caracterizada pela pesquisa-ação.

A proposta de trabalho desta pesquisa foi pensada em seis encontros, com duração de aproximadamente duas horas cada um. O objetivo foi analisar as lacunas presentes no Projeto Político-Pedagógico vigente da escola, culminando na reescrita

imediate do documento. Nestes encontros estavam presentes professores e a coordenação da escola. Posteriormente, ocorreu o acompanhando da assembleia pela pesquisadora. A assembleia prevê o momento de discussão da reescrita do documento com a comunidade em geral da escola.

Durante os encontros, adotei como proposta metodológica as rodas de conversa, pensando em criar oportunidade para o grupo estudar e rever o documento existente, apropriando-se de conceitos que deram subsídios para isso. Esta escolha justifica-se por entender que em uma proposta como esta é fundamental que todos participem das leituras, discussões e reflexões. De acordo com Gimenes e Penteado (2009), um grupo de estudos envolto em rodas de conversa, como é o caso deste, é uma forma simples e uma ideia rica, que pode propiciar apoio ao desenvolvimento profissional dos envolvidos. É uma ideia poderosa, capaz de provocar transformações e boas aprendizagens. A intenção é de que todos participem, havendo o registro e imediata construção dos itens que irão compor o documento, observando sempre a construção coletiva.

Utilizei, nesta pesquisa, um diário de campo, ou caderno de registros. Este sempre foi um guia fundamental para que após os encontros pudesse desenvolver a escrita das intervenções. Toda a intervenção exige um registro para que nada se perca e para que se mantenha o mais fidedigno relato de cada momento, registrando e apontando tanto fatores positivos, quanto negativos.

Para Araújo et al. (2013, p. 54):

[...]o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término.

Pretendi com os encontros observar e contribuir com reflexões acerca da importância da atividade de reavaliação do PPP da escola, de forma a repensar as políticas adotadas pelo atual documento. A participação do grupo neste processo foi condição fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa-ação. Mantive o anseio de que os encontros se constituíssem em espaços de ações e reflexões acerca das políticas fundamentais para a qualidade da educação no ensino público. Contreras (2002, p. 73) trata de que a “autonomia, responsabilidade, capacitação são características tradicionalmente associadas a valores profissionais que deveriam ser indiscutíveis na

profissão docente”. Os encontros foram realizados de modo que os professores compreendessem a importância de cada um neste processo. Ainda segundo Contreras (2002, p.73) “[...] a profissionalização, pode ser, nessa perspectiva, uma forma de defender não só os direitos dos professores, mas da educação”.

3.1 Diagnóstico da Pesquisa

A coleta de dados ocorreu, primeiramente, através de questionário envolvendo todas as coordenadoras das escolas de Educação Infantil Municipais. Isto para que eu pudesse compreender a importância das formações do INFRAGRUPOS, realizadas no ano de 2017, e dos processos de elaboração de cada escola acerca dos documentos norteadores das escolas.

Tabela 3: Questionário entregue as coordenadoras

Durante o ano de 2017 a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Universidade Federal do Pampa realizaram formações voltadas à construção dos documentos norteadores das escolas de Educação Infantil deste Município, você participou destas formações?
Se sim, fale sobre o seu entendimento e quais os pontos alto e baixo destes momentos.
Na sua escola, quais documentos foram construídos (Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar)? E de que forma as formações auxiliaram neste processo?
Como a escola organizou a construção do(s) documento(s)? Houve participações das famílias e dos professores? De que forma
Qual avaliação a escola fez de todo este processo?
Como sugestão, o que você acrescentaria a estas discussões ou a de encontros posteriores, ao que se refere à importância da construção dos documentos citados anteriormente.

Fonte: Construção da pesquisadora.

O segundo momento da coleta de dados ocorreu a partir de entrevista semiestruturada com a professora coordenadora da proposta do INFRAGRUPOS, com o objetivo de compreender a proposta.

Tabela 4: Estrutura da Entrevista

Durante o ano de 2017 a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Universidade Federal do Pampa realizaram formações voltadas à construção dos documentos norteadores das escolas de Educação Infantil deste Município, qual foi o seu papel neste trabalho.

Como surgiu esta proposta voltada as Escolas de Educação Infantil do Município de Jaguarão.

A partir das propostas lançadas nos encontros, houveram devolutivas das escolas ou algum acompanhamento por parte dos organizadores das formações durante a construção dos documentos?

Conte sobre a sua experiência nestas formações e de que forma estas auxiliaram as Escolas na elaboração dos documentos norteadores da Educação Infantil, Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar.

Fonte: Construção da pesquisadora.

Os dados coletados a partir destas entrevistas proporcionaram uma visão geral sobre os caminhos que levaram as escolas até a construção dos documentos, e qual a relevância deste estudo para a comunidade educacional deste município.

As análises dos dados coletados serviram de embasamento e compreensão por parte desta pesquisadora, a fim de construir o diagnóstico da atual situação das escolas municipais frente ao estudo pretendido, sem ocupar caracterização e categorização específica nesta pesquisa.

Durante a coleta de dados para a construção do diagnóstico, pude perceber o valor e a relevância deste estudo para a comunidade envolvida. Participar deste momento tão importante para os espaços Educacionais do Município de Jaguarão é uma oportunidade de amadurecimento profissional, tanto para a pesquisadora, quanto dos demais profissionais, uma vez que são sujeitos ativos na construção e mudanças da realidade ao qual estão inseridos.

3.1.1 Análise dos dados coletados no diagnóstico

Posterior a esta compreensão de estrada que será trilhada por esta pesquisa, detive-me diretamente ao grupo de trabalho, que será o foco principal deste trabalho. Para conhecê-lo melhor, em um primeiro momento realizei um levantamento acerca dos dados profissionais do grupo, tais como: tempo de atuação no magistério e na rede municipal, formação e carga horária de trabalho.

O grupo de trabalho é formado por nove professoras, uma coordenadora e por mim, pesquisadora e também professora da escola. No que se refere à formação, todas as professoras são pedagogas, seis com especialização na área da educação e uma mestra em Educação. A escola conta com a presença de uma orientadora educacional e de uma coordenadora, cujas formações são, respectivamente, Licenciatura em História, com Pós-Graduação em Orientação Escolar e Pedagogia. Dentre as formações das profissionais estão: Curso Normal de Magistério, Licenciatura em Pedagogia, Pós Graduações em Educação Infantil, Educação, Psicopedagogia e Mestrado em Educação.

Quanto à carga horária semanal de trabalho dos professores, seis, das nove entrevistadas, têm carga horária semanal de 40 horas, enquanto o restante possui 20. Das professoras que possuem jornada de trabalho de 40 horas apenas uma trabalha na escola durante todo o período nesta escola, as demais atuam em outras duas escolas deste município.

A partir deste levantamento, busquei compreender o entendimento das percepções do grupo de colegas sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola, com as seguintes questões, elaboradas em forma de questionário:

Tabela 5: Percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico

Conhece o PPP da escola? Se sim, há quanto tempo?
Participou da construção do PPP?
Em nossa escola há momentos e espaços para discussão e reflexão, considerando o PPP da mesma?
Como você percebe os reflexos do PPP: na escola? Para o seu planejamento na sala de aula?
Acredita ser significativo estudar, refletir e avaliar o PPP em relação as nossas ações diárias na escola?

Fonte: Construção da pesquisadora.

Das oito professoras, cinco desconheciam o PPP da escola. O primeiro contato com o documento foi através desta pesquisa, quando foi entregue cópia para todas as colegas para que pudessem participar com propriedade das discussões que aconteceriam nos encontros posteriores. Três professoras acompanharam a construção do documento, duas como professoras da escola e uma como mãe de aluno, pois na época a professora ainda não fazia parte do quadro de professores da escola.

Todas as participantes desconhecem haver momentos na escola voltados à discussão e reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico. Também foi unânime entre as

participantes a exaltação da importância do documento, tanto para a escola como um todo, quanto em suas práticas diárias. Isto se reflete na fala de uma das professoras: “Este documento é de fundamental importância, seu desuso, ou má elaboração caracteriza, a meu ver, falta de amparo legal para a prática pedagógica e gestora” (Fala de retirada do questionário aplicado, P1). Em outra fala podemos observar também a mesma importância: “O PPP torna-se um norte para tudo o que é realizado na escola. É um documento importante inclusive para os pais entenderem quais concepções escolares” (Fala de retirada do questionário aplicado, P2).

As professoras acreditam que após as discussões e a reconstrução do PPP suas práticas escolares terão maior embasamento e amparo para que sejam implementadas em sala de aula, ressaltando outra colocação nesse sentido: “Para que o planejamento vá de encontro com as propostas da escola, considerando valores e que cidadãos pretende-se formar”(Fala de retirada do questionário aplicado, P3).

O grupo considerou extremamente importante realizar as discussões e reflexões dos itens que compõem o documento, discutindo e reconstruindo o documento norteador da escola. Apresento a fala de três professoras que confirmam esta importância: “A importância destes momentos, está em este ser o documento que orienta as ações da instituição” (Fala retirada do questionário aplicado, P4).

A fala de outras duas professoras que também ressaltam essa importância: “Sim, certamente. É sempre bom avaliar o que está sendo feito e ter um olhar coletivo sobre os temas que envolvem o espaço escolar” (Fala retirada do questionário aplicado, P5). “Com certeza, com isso nossas ações serão organizadas e respaldadas pelo documento que é muito valioso na escola” (Fala retirada do questionário aplicado, P6).

Este trabalho baseia-se em constantes trocas de conhecimentos, cabendo a mim, como pesquisadora, agregar referência a estas discussões, subsidiando e analisando a construção da proposta pedagógica da escola. Para Demo (2015) é fundamental que o professor seja também um pesquisador, para que possa atuar e modificar o meio em que está inserido, não como um profissional da pesquisa, mas, sim, como um profissional da educação. De acordo com Demo (2015, p. 47):

Assim como um engenheiro civil precisa saber coordenar a construção de um prédio residencial, ou um cirurgião realizar com perícia uma cirurgia, deve o professor manejar com virtuosismo inequívoco sua proposta pedagógica, com pé e cabeça, começo, meio e fim.

Esse destaque do autor vai ao encontro da importância da pesquisa para o fazer pedagógico dos professores, protagonistas de todo o processo. A participação desses profissionais é fundamental para a construção da proposta, que também permanecerá no cotidiano da comunidade escolar.

Durante a coleta de dados tive grande dificuldade em ter acesso ao PPP da escola, uma vez que seus responsáveis desconheciam o paradeiro do documento, tendo que ser solicitado por mais de uma vez. Assim, comecei a compreender as dificuldades dos colegas em realizar as leituras do referido documento.

De posse do documento, percebi que sua elaboração se deu durante o ano de 2017, tendo vigência para o ano de 2018. Importante ressaltar que este ainda não possui aprovação pelo Conselho Municipal de Educação. Segundo orienta a Lei 9394/96 (LDBEN),

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (BRASIL, 1996).

É importante ressaltar que o Projeto Político-Pedagógico da escola é um documento que deve representar a reposta de ensino da Instituição, seus objetivos e suas convicções sobre o ensino, devendo estar ao alcance e conhecimento de todos.

3.2 A Pesquisa-ação

Pretendo aqui esclarecer o processo de construção desta pesquisa, desde os primeiros planos até o reconhecimento de cada objetivo previamente estudado. Descrevo, a seguir, a metodologia aplicada, descrevendo detalhadamente o plano de ação executado.

Tabela 6: Organização dos Encontros

DATA	OBJETIVO PRÁTICO	CONTEÚDO
1º Roda de Conversa: 30/04/2019	Apresentar a proposta que será executada a todos os envolvidos pra ajustes e	Explicação da proposta para os colegas, a partir da qualificação; explicar a

	sugestões.	teoria do trabalho;
2º Roda de Conversa: 14/05/2019	Refletir acerca da importância do documento PPP	À luz da teoria (utilizada no projeto) demonstrar para o grupo a importância de revisar o documento – Teoria/Texto da Veiga (ano); Início das leituras do PPP existente na escola;
3º Roda de Conversa: 21/05/2019	Propor uma discussão acerca do processo de construção do PPP Casa da Criança (2018) e a importância da retomada dos itens;	Estudo sobre os parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil e a Base Nacional comum Curricular– Com a questão- Qual educação queremos? Continuação das Leituras do PPP existente na escola, a reescrita ocorre ao tempo da leitura;
4º e 5º Roda de Conversas: 6 e 13/06/019	Propor uma discussão acerca do processo de construção do PPP Casa da Criança (2018) e a importância da retomada dos itens;	Destinar as leituras do PPP existente na escola, com reflexões a partir deste, mantendo o acesso de todos documentos contendo informações importantes relacionados a Educação Infantil e PPP.
6º 24/06/2019	Integrar o grupo com a proposta trabalhada, apresentando e discutindo os resultados.	Documento construído PPP (Nova versão).
Todos os encontros ocorrem das 18h00min às 20h00min.		

Fonte: Construção da pesquisadora.

3.3 Rodas de Conversa: Trabalho em Conjunto

A metodologia dos encontros foi baseada em rodas de conversa, por acreditar que desta forma todos os participantes estejam envolvidos e trocando experiências a todo o momento durante os encontros. Pensando assim, as rodas de conversa tornam-se importante ferramenta de cooperação e trabalho em grupo, segundo Gadotti (2007, p. 65) “o poder do professor está tanto na sua capacidade de refletir criticamente sobre a realidade para transformá-la, quanto na possibilidade de constituir um coletivo para lutar por uma causa comum”.

Com a proposta vinda diretamente do grupo de trabalho, por ser necessidade emergente, conto com a participação direta e espontânea dos integrantes desta pesquisa, de forma a tornar nosso trabalho prazeroso e significativo a todos.

Ao longo desta pesquisa-ação serão seis encontros em forma de Rodas de Conversa, com duração média de duas horas cada um. Todas aconteceram na sede da própria escola. Sendo o primeiro encontro com a presença de membros da secretaria de Educação e Desporto, com a finalidade de esclarecer algumas demandas do grupo relacionadas ao trabalho que seguiria.

Durante os encontros, realizei minhas anotações em um diário de campo para registrar os diálogos que surgiram ao longo do processo. Este foi uma importante ferramenta de coleta de dados desta pesquisa-ação.

4. DESCRIÇÃO DOS ENCONTROS: REFLEXÕES E ANÁLISES.

4.1 Primeira Roda de Conversa

A primeira roda de conversa desta pesquisa-ação aconteceu no dia 30 de Abril de 2019, na sede da EMEI Casa da Criança, neste município, tendo seu início às 18 horas, encerrando-se às 20 horas.

Este encontro teve a finalidade de apresentar novamente os passos que daríamos para a releitura do Projeto Político-Pedagógico de nossa escola. Estiveram presentes membros da Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão, nas pessoas da Secretária de Educação, e de duas assessoras pedagógicas da SMED.

A Secretária fez um fala referente à importância da realização deste projeto, elogiando a postura de todos os envolvidos. Explanou os caminhos que as escolas percorreram durante o ano de 2017, em que formações davam conta de esclarecer aos profissionais sobre os documentos norteadores das escolas, como o Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico. As colegas sentiram-se muito valorizadas e agradecidas pela fala da secretaria e envolvidas neste trabalho. “Eu estou muito contente de fazer parte desta pesquisa, precisamos revisar o PPP da escola, eu mesmo nunca tive acesso a ele” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P5). “Quando surgiu a proposta fiquei me perguntando como seria, se eu conseguiria organizar um PPP, mas agora me sinto mais segura para isso” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P3).

Finalizamos o encontro com a decisão das datas dos encontros. Entreguei para cada participante da pesquisa um caderno para que elas usassem durante os encontros, para anotações, e uma cópia impressa do PPP da escola.

4.2 Segunda Roda de Conversa

A segunda roda de conversa com o grupo de professoras aconteceu no dia 14 de Maio de 2019, na sede da própria escola. Teve duração de duas horas, tendo iniciado às 18 horas e encerrando às 20. Comecei esse segundo encontro com a acolhida das colegas. Devido ao cansaço de um dia inteiro de trabalho, procurei esperá-las sempre com um chá quente e algumas coisinhas para comer, penso que ao redor de uma mesa que foi pensada com tanto carinho, nosso trabalho teria melhor rendimento.

Ainda ao redor da mesa começamos nossas discussões da noite. A cada encontro percebia que elas iam sentindo-se cada vez mais parte deste projeto. Alegra-me muito vê-las envolvidas e dispostas a reescrever suas metas, reescrevendo suas histórias.

Iniciamos as atividades com a pergunta “Que educação nós queremos?”, meu objetivo era problematizar com a pergunta, para que pudéssemos refletir sobre nossa postura e nossos objetivos de ensino. Para que tivéssemos os embasamentos necessários, levei para os encontros artigos que tratavam sobre as legislações vigentes. Nesta etapa, o grupo entendeu que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) auxiliaria e muito nosso trabalho, já que uma grande preocupação de todos é que o PPP esteja atualizado conforme as últimas alterações trazidas por este documento.

A BNCC vem para regulamentar as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas nas escolas e sua presença passou a ser exigência nos documentos norteadores da educação, sem que houvesse autonomia por parte dos sistemas de ensino. Por isso, este assunto esteve presente em todas as discussões sobre currículo realizadas por parte da Secretária Municipal de Educação do município. Percebi durante as reuniões que as problematizações referentes à BNCC iam de encontro com a preocupação de como mantê-la presente no documento, perdendo um pouco o foco do seu conteúdo.

“Precisamos observar as alterações da base, se não nosso trabalho não vai estar de acordo... isso eu acho importante” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P4). “Eu não consegui fazer a leitura da base, me preocupo como vamos fazer as adaptações (...) sugiro lermos para fazer as alterações necessárias” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P8).

A partir daí aprofundamo-nos no que a BNCC traria em seu conteúdo referente à Educação Infantil, nossa área de atuação; das possíveis mudanças; e qual a relevância desta em nossas práticas. As observações que fizemos a partir da leitura é de que muito se permanece o entendimento sobre Educação Infantil, não havendo mudanças significativas, permanecendo as concepções sobre o aprendizado das crianças nestes espaços educacionais.

Trabalhamos nesse encontro com o primeiro capítulo do livro da Ilma Passos Veiga “*Educação Básica e Educação Superior Projeto Político-Pedagógico*”, intitulado “Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva”. O objetivo era que, juntas, pudéssemos entender a importância do Projeto Político-Pedagógico e pensar em como este documento norteará nosso trabalho. As discussões iniciaram ao

mesmo passo que íamos observado à apresentação em Slides que eu preparei para o grupo, deixando de forma proposital algumas problematizações. Tais como: “O que é o Projeto Político-Pedagógico? Com isso, surgiram as dúvidas de quais itens devem compor o PPP, e de como faremos esta seleção. “Precisamos pensar o que de fato vai no documento, eu não sei, mais acho que no nosso PPP tem muitas coisas que não são importantes” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P1). “Minha dúvida é como de fato o PPP vai nos orientar? O que vamos colocar?” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P6).

Para Veiga (2012), esses estudos que avaliam e reconstroem os projetos Político-Pedagógicos das escolas vêm se tornando cada vez mais presentes e importantes nos espaços escolares. De acordo com Veiga (2012, p. 11) “a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação o seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos”.

Durante as discussões embasadas na leitura do texto da Veiga (2012) muitas problematizações foram instigadas. Todas as professoras presentes demonstraram grande interesse na leitura do capítulo. “Essa leitura é uma leitura de fácil entendimento, que traduz exatamente o que estamos fazendo” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P6).

“Gostei de ler o capítulo, trouxe um melhor entendimento, sem precisar de ter grande tempo para fazer leitura” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P2). “[...] entendo que seja extremamente importante tratar sobre a responsabilidade da escola em pensar a educação” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P5)

As discussões sobre o texto de Veiga permitiram que observasse, a partir das falas das colegas, que alcancei o objetivo de refletir sobre as questões que permeiam a reconstrução do PPP, assim como sobre as nossas responsabilidades enquanto espaço educacional. Isso me traz imensa satisfação e orgulho deste grupo.

Nossas² dúvidas estão nas questões do que seriam apenas normatizações, como, por exemplo, regras relacionadas à horários, e o que de fato é pedagógico e relevante para compor o documento. “Acho que o PPP tem que trazer mais o que realmente é pedagógico e não essas normas e burocracias” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P1). Ao tempo que fomos realizando as discussões, procuramos, no

² Digo nossas não por estar à frente da organização do grupo, mas por realmente fazer parte dele e compartilhar, inclusive, as incertezas.

documento, o que tínhamos já descrito, refletimos sobre o que queríamos, e sobre quais mudanças eram necessárias para alcançar nossos objetivos.

À medida que fomos realizando as leituras, tomamos conhecimento do teor do PPP, uma vez que grande parte das professoras o desconheciam. Juntas compreendemos o quanto é necessário que todos os profissionais que atuam em determinada escola tenham conhecimento sobre este documento. “Eu não participei da construção do PPP que está vigente, para falar a verdade nunca tinha visto, fui ver agora para realizarmos esse trabalho” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P5). O mesmo fica evidente na fala de outra professora: “Eu cheguei esse ano na escola, e não tive oportunidade (até o momento) de ver o PPP da escola, acho que seria importante que os professores que chegam novos na escola, pudessem ler para ficar iterado sobre a escola” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P9).

Nesse sentido Veiga (2012) alerta que conforme o documento é construído este deve tornar-se parte do cotidiano dos profissionais e não ser guardado como mero cumprimento das obrigatoriedades. Nas palavras da autora,

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2012, p.13).

Ao final de cada encontro, entreguei para as professoras uma ficha de avaliação para que eu pudesse acompanhar o andamento de cada reunião e o mais importante saber que caminho devemos seguir. O caminho apontado pelas colegas vai ao encontro com a continuidade do que foi proposto, ficando evidente as reflexões que foram discutidas ao longo deste encontro, como na fala das professoras: “O que devemos nos aprofundar é entender o que precisamos melhorar enquanto escola” (fala retirada da ficha de avaliação, P3). “Saber quais ações pedagógicas vamos executar” (fala retirada da ficha de avaliação, P8).

Outra importante informação das fichas de avaliação trata do que as componentes da pesquisa consideraram importante no encontro, algumas considerações dão conta de: “O que pra mim foi muito é ter um momento coletivo entre o grupo escolar para discutir a elaboração do PPP de forma que contemple as necessidades de todos” (fala retirada da ficha de avaliação, P2). “O encontro descontraído e bem reflexivo sobre os problemas que enfrentamos no dia-a-dia” (fala retirada da ficha de

avaliação, P1). “A turma se encontrar discutir a importância do PPP para nortear nosso trabalho, confraternizar e acertar questões estruturais da escola” (fala retirada da ficha de avaliação, P5). Quando observava a fala das colegas sentia-me ainda mais motivada e ansiosa para o próximo encontro.

4.3 Terceira Roda de Conversa

A terceira roda de conversa aconteceu no dia 21 de maio de 2019, na sede da escola. O início do encontro foi às 18 horas, tendo fim às 20 horas de uma noite fria de outono. Novamente esperei minhas colegas com um lanchinho de acolhida, elas adoraram. Hoje sentiram-se motivadas para cooperar para o próximo encontro, o grupo relata que está gostando bastante dos nossos momentos de estudo. Segue trecho retirado das falas das professoras: “Estou gostando muito desses encontros, mesmo tendo que retornar à noite depois de um dia cansativo de trabalho, tem sido muito produtivo, é bom fazer parte desses trabalhos” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P2). “Eu nunca tinha tido acesso ao nosso PPP, tem sido excelente poder discutir e saber de fato o que tem nele” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P5).

Percebo o quanto o grupo necessitava de momentos como esse, onde podemos nos encontrar e discutir questões importantes referentes à nossa prática diária de sala de aula. Ressalto que as professoras que trabalham no turno da manhã não são as mesmas do turno da tarde, por esse motivo momentos de encontro entre todo o grupo são raros. “Até hoje não tínhamos encontrado o grupo todo de trabalho para falar destas questões [...] isso é fundamental, temos alunos que são integrais e cada professora acaba fazendo um tipo de trabalho” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P5).

Nossas discussões acerca da reconstrução do documento consideraram a LDB e demais documentos e legislações relacionados à Educação Infantil, percebo que para muitas participantes o acesso a estes documentos não é parte do seu cotidiano. Em primeiro lugar, disponibilizei os documentos na íntegra. Ao longo dos primeiros encontros pude perceber que eram de difícil manuseio e leitura, muito pelo curto espaço de tempo das reuniões, então comecei a observar que levando versões resumidas ou simplificadas facilitava nosso trabalho.

Ficando explícito nas falas das professoras: “Essas versões resumidas são melhores de trabalhar, o tempo passa muito rápido, quando vejo já termina o encontro” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P7). “Eu bem que gostaria de ler tudo

bem a fundo, mas não consigo tempo em casa para isso, tenho 40 horas, realmente fica muito difícil” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P8).

Neste encontro conseguimos adentrar mais as leituras do PPP já existente na escola. Sempre ressaltai que o fato de que iríamos repensá-lo, não o tornava menos importante, mas que esta discussão era fundamental para que nos reconhecêssemos no que seria reescrito. Para Veiga (1995, p.13):

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto Político-Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola.

Discutimos quais seriam nossos objetivos para que pudéssemos compreender e responder um pouco da questão que problematizamos no encontro anterior: Qual educação queremos? Nossas indicações sempre levam em consideração nosso cotidiano e o que os documentos e legislações vigentes orientam. Por ser um documento de gestão democrática, será objeto de permanente reflexão coletiva, principalmente no que se refere: aos princípios e valores que fundamentam as finalidades da instituição; à sua estrutura organizacional e instâncias de decisão; às relações entre a comunidade escolar; à organização administrativa e pedagógica; aos conteúdos curriculares; aos procedimentos didáticos; às estratégias de avaliação e às atividades culturais.

Prosseguindo as leituras, demos conta das mudanças físicas que eram extremamente necessária atualização integral, uma vez que a escola, no final do ano de 2018, realizou mudança de prédio para melhorar sua estrutura física e disponibilizar mais vagas de ingresso de estudantes. Com isso foram repensados dados como número de salas de aula, sala de professores e coordenação, área externa, dentre outros.

Finalizamos as discussões deste encontro com as reflexões acerca das questões que envolvem o tipo de alunos que atendemos em nossa instituição. No final do ano de 2017, foram entregues questionários para as famílias para que se pudesse fazer um mapeamento das famílias dos estudantes que frequentam à escola. Pensando em complementar estes dados, utilizamos para os novos alunos as entrevistas, que são individuais de cada aluno, onde estão presentes dado como filiação, profissão dos pais, número de integrantes das famílias, dentre outros dados.

É fundamental saber para qual comunidade e alunos trabalhamos e quais são nossos objetivos. Nesse sentido, Veiga (1995) trata de importantes considerações acerca da relevância de referenciais que fundamentem a construção do PPP:

Temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino da escola. Uma teoria que subsidie o projeto Político-Pedagógico e, por sua vez, a prática pedagógica que ali se processa deve estar ligada aos interesses da maioria da população” (VEIGA, 1995, p. 14).

A partir dos resultados do questionário aplicado, pode-se afirmar que a média salarial fica entre 2 e 3 salários mínimos. Quanto ao grau de instrução, na sua grande maioria, os pais estudaram até o ensino médio e muitos concluíram o ensino superior. Os pais desejam que seus filhos possam vivenciar um aprendizado sem sofrimento e sem imposição ideológica, que propicie a cada aluno a descoberta de seus potenciais.

Sempre finalizamos nossos encontros com as fichas de avaliação, que foram preenchidas com entusiasmo e reflexão sobre o encontro. Os registros deste final de reunião vão ao encontro aos destaques positivos nas discussões referentes ao papel da Educação Infantil no contexto atual, como exemplificado na fala da professora: “Dialogar sobre as necessidades de alterações nas concepções da comunidade escolar em relação as obrigações da escola de Educação Infantil” (fala retirada das fichas de avaliação, P9). Outro destaque está no que diz respeito à: “Conversar sobre as necessidades da escola e alternativas de melhorias da escola e do trabalho do professor” (fala retirads das fichas de avaliação P4). O grupo decidiu, a partir das fichas de avaliação, que deveríamos continuar no caminho pretendido aprofundando as discussões, porém as críticas deram conta de que o tempo dos encontros não tem sido suficiente para as discussões.

4.4 Quarta Roda de Conversa

A quarta roda de conversa com o grupo de professoras aconteceu no dia 6 de Junho de 2019, às 18 horas, na sede da própria escola. Teve duração de duas horas, encerrando nosso encontro às 20h40min. Neste encontro, mais uma vez nos reunimos em volta de uma mesa com algumas guloseimas, desta vez ofertadas por parte das colegas, destaco que devido a solicitação do grupo, no encontro anterior, este teve o acréscimo de 40 minutos no seu tempo total.

Observei que elas foram se sentido mais seguras na realização das discussões, valorizando a cada dia mais o PPP para suas práticas diárias. De acordo com Veiga (2012, p.14) “É preciso entender que o projeto Político-Pedagógico da escola dará

indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula”. A fala das professoras evidencia o amparo que o documento traz para o cotidiano da escola: “Eu já me sinto mais amparada depois das nossas discussões sobre o PPP, antes eu nem sabia o que pensávamos como coletivo” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P3). “Tenho certeza que daqui pra frente quando o PPP tiver sido rediscutido vamos ter clareza sobre nossa prática da sala de aula” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P7).

Preservamos do PPP anterior os dados referentes ao histórico da Instituição, acreditamos ser importante resguardar estes dados, uma vez que a história nos mostra quais objetivos nossa instituição buscou atender, demonstrando o caminho trilhado até os dias atuais, como reconhece uma das professoras: “Isso é importante continuar presente (histórico da instituição), pois conta nossa história, a Casa da Criança sempre foi uma escola muito bem conceituada” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P1).

Outro fator que teve necessidade quase que integral de atualização, está no item referente à organização dos recursos humanos, uma vez que grande parte do quadro de profissionais da escola foi alterado, inclusive com os acréscimos das ofertas das novas turmas iniciadas no ano de 2019.

No decorrer deste encontro analisamos quais seriam as nossas finalidades e os princípios filosóficos da instituição. Estes itens acrescentaram bastante discussão entre o grupo, uma vez que tínhamos algumas dúvidas do que era relevante constar e se seria possível cumprir as propostas ao longo dos nossos trabalhos.

A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como um espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 2012, p. 14).

Com isso, e após inúmeras reflexões, entendemos que se pretende formar pessoas capazes de pensar e agir como seres históricos, que tenham consciência de sua importância no processo de transformação de si mesmo e do mundo, ou seja, cidadãos curiosos, criativos, críticos, afetivos, autoconfiantes, sociáveis, responsáveis, autônomos e éticos.

Entendemos que a escola deva ser um espaço lúdico de aprendizagem. Também deve ampliar as experiências e valorizar a iniciativa e a curiosidade, contribuindo para a

construção do conhecimento, aquisição de hábitos e atitudes que levem à formação de cidadãos autônomos, criativos, éticos, críticos e reflexivos, conscientes de suas responsabilidades na construção de um mundo mais justo, democrático, autossustentável e feliz.

Queremos uma escola de Educação Infantil que pense no desenvolvimento dos alunos enquanto crianças, não podemos pensar em conteúdo. Tudo tem que ser lúdico, trabalhar todos os sentidos das crianças, sempre pensando no seu desenvolvimento integral (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P6)

Guidotti (2007) trata de como devemos utilizar o espaço escolar:

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo (GUIDOTTI, 2007, p. 11).

Encerramos as discussões desta roda de conversa, com a releitura sobre a organização curricular. O grupo entende que a proposta educacional para a Educação Infantil efetivamente contribui para o processo através do qual as crianças vão se constituindo como sujeitos singulares e históricos. Com isso, procuramos propiciar à criança oportunidades de experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas tentativas.

Para o enriquecimento do processo de interação social, deve-se leva-la a valorizar a cooperação e o trabalho em conjunto. O período que vai de zero a cinco anos é decisivo para a estruturação da personalidade do indivíduo e este passa por grandes transformações. Assim, a criança constrói o homem. Segundo a Base Nacional Comum curricular (2019)

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes (BRASIL, 2019, p. 44).

Finalizo mais um encontro com as fichas de avaliação para serem preenchidas, demonstrando para o grupo a importância de todas neste processo, e do quanto à entrega

de todas enriquece meu trabalho do Mestrado Profissional em Educação, da nossa Unipampa. As informações contidas nestas fichas foram descritas ao longo da análise deste encontro.

4.5 Quinta Roda de Conversa

A quinta roda de conversa aconteceu no dia 13 de junho de 2019, na sede da escola. O início do encontro foi às 18 horas, tendo fim às 20 horas de uma noite chuvosa de outono. Como já de costume nos reunimos ao redor de uma mesa com diversos petiscos e um bom chimarrão para espantar o frio e o cansaço do dia de trabalho.

No primeiro momento deste encontro discutimos a metodologia de ensino que iríamos adotar. Discussões muito pertinentes surgiram e percebemos que a maior parte do grupo não compreendia qual era a metodologia existente no documento anterior. Entendemos assim a importância das nossas discussões sobre o tema.

Depois de muitas discussões, ficou decidido que a proposta metodológica será baseada nos direitos de aprendizagem para crianças de zero a cinco anos. Esta proposta reconhece essa etapa da educação básica como um momento fundamental para a construção da identidade e da subjetividade da criança. Além disso, tem o objetivo de levar o aluno a construir seu próprio conhecimento através da exploração do corpo, dos objetos, do espaço onde está inserido e das relações com os outros, ampliando, desta maneira, a sua capacidade de descoberta e construção de conhecimentos. Assim, os discentes vão se constituindo como sujeitos históricos e participativos.

A metodologia que será utilizada para o desenvolvimento do currículo da escola é a de Temas Geradores. Isto por acreditarmos que os temas geradores vão para além da sala de aula, de maneira que envolve a comunidade escolar, assim estando sempre presentes na vida e cotidiano das crianças. O grupo compreende que o trabalho com tema gerador fornece subsídios educacionais para ter o conhecimento necessário e a interação com o mundo na qual a criança está inserida.

Enquanto na concepção 'bancária'(...) o educador vai 'enchendo' os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos; na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com eles não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1993, p. 71).

A cada item construído depois de inúmeras reflexões coletivas encho-me de satisfação, acreditando que de fato com este projeto estamos mudando a realidade de nossa escola, e do grupo de trabalho, o qual faço parte com muito orgulho.

Outra importante discussão acontece no momento da releitura do item que trata do planejamento das atividades de ensino, permanecendo como entendimento da maioria de que seria importante considerarmos direitos de aprendizagem estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular.

Encerramos o encontro com o que pretendemos tratar quanto à avaliação do desenvolvimento da criança. Ficou estabelecido que esta seja realizada através da observação contínua, mediante o acompanhamento das etapas do seu desenvolvimento em função da oportunidade e qualidade das vivências proporcionadas na Creche e na Pré-escola, sem o objetivo de promoção.

Este item permaneceu praticamente igual ao antigo documento, como reforçam as falas do grupo de professoras: “Depois da leitura sobre o PPP antigo, eu entendo que a avaliação deve de permanecer a mesma. Os pareceres são completos, conseguimos avaliar de forma contínua os alunos” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P4). De acordo com o PPP,

A avaliação do desenvolvimento da criança é feita através da ficha qualitativa, mediante ao acompanhamento das etapas do seu desenvolvimento em função da oportunidade e qualidades das vivências proporcionadas na creche e na pré-escola, sem objetivo de promoção. Os resultados obtidos são registrados e então feitos pareceres descritivos para serem entregues aos pais semestralmente, com os aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais do desenvolvimento de cada educando. (JAGUARÃO, 2017, p. 21)

Essas observações serão registradas em Pareceres Descritivos do Desenvolvimento Infantil, que abordam aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais do seu desenvolvimento em todas as atividades e são entregues aos pais ao final de cada semestre. Hoffmann (2014) aborda o conceito de avaliação mediadora:

Espontaneidade, não espontaneismo, no sentido de perceber a avaliação inerente ao cotidiano do professor, de valorizar as dúvidas de professores e alunos como as etapas no seu desenvolvimento, entender que a relação que se estabelece via avaliação é absolutamente natural na convivência entre os homens. A ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício ao aluno e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado (HOFFMANN, 2014, p. 182).

No que diz respeito à avaliação, uma das participantes da pesquisa relata: “Acredito que temos que continuar com a avaliação por pareceres, na Educação Infantil não tem outra maneira mais correta para avaliar, tanto o desenvolvimento das crianças, quanto o nosso trabalho também” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P8). As professoras levantaram importantes questionamentos sobre a forma de realizar esse tipo de avaliação: “Precisamos nos reunir e falar sobre estes pareceres, principalmente dos alunos integrais. Sinto-me muito deslocada, sem poder trocar informações, as vezes tenho dúvidas se estou realizando a avaliação de forma correta” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P9).

Com isso consideramos importante acrescentar no nosso PPP a ressalva de que, anteriormente à entrega dos pareceres, a instituição irá se organizar para realizar uma roda de conversa entre os professores, de ambos os turnos, para que possa haver discussão e reflexão acerca do conteúdo descrito nos pareceres, bem como alinhar as observações descritas entre os professores dos alunos de turno integral.

Despedimo-nos de mais um encontro de discussões e de releitura do Projeto Político-Pedagógico de nossa escola preenchendo a ficha de avaliação. A acolhida e a organização foram consideradas o ponto alto da reunião, destacando a forma como encaminhamos as discussões.

4.6 Sexta Roda de Conversa

A sexta roda de conversa aconteceu no dia 24 de Junho de 2019, na sede da escola. O início do encontro se deu às 18 horas, tendo fim às 20 horas.

Já iniciamos este último encontro em caráter de despedida e confraternização. Planejamos para esta reunião a leitura final e os últimos ajustes da nossa releitura do PPP da escola, avaliando o resultado do nosso trabalho. Neste dia cada um trouxe um lanche para confraternizarmos.

No primeiro momento do encontro realizamos a leitura de itens do PPP que davam conta de atualizações de dados e burocracias. Posteriormente a isso, dirigimo-nos ao acompanhamento e avaliação do projeto Político-Pedagógico, item que se mostrou presente durante todos os encontros, já que todos se preocupavam com que houvessem permanentes discussões acerca do documento.

Como explicitado na fala de duas professoras: “Tem que ter nesta reformulação uma previsão de quando vamos rediscutir o PPP, se não vai acontecer o mesmo que

antes, ficar em uma gaveta sem o conhecimento da maioria” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P7). “Na minha ideia temos que deixar estabelecido as revisões referentes ao PPP, para que possamos sempre voltar ao documento e avaliar nossas práticas” (fala retirada do diário de campo da pesquisadora, P4).

Organizamos no documento a previsão de que o acompanhamento será realizado em dois momentos. O primeiro sempre ao início do ano letivo, com o objetivo de projetar as atividades escolares de forma a organizar o calendário, buscando atender às demandas da instituição e a melhor organização do trabalho pedagógico. O segundo ao final do ano letivo para, efetivamente, avalia-lo no sentido de auxiliar a reformulação da organização da escola e do trabalho pedagógico para o próximo ano. Para Veiga (1995),

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto Político-Pedagógico. A avaliação do projeto Político-Pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças, e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica (VEIGA, 1995, p.32).

Por fim, bastante emocionada, agradei a todas pelo espaço de suas vidas que destinaram ao meus estudos, e por estarem, desde o início, engajadas a participar desta pesquisa-ação, por juntas acreditarmos que podemos sim fazer um trabalho de qualidade dentro da escola pública, repensando nossos objetivos e práticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa-ação aplicado na EMEI Casa da Criança no município de Jaguarão teve como principal propósito acompanhar a Reconstrução do projeto Político-Pedagógico da escola, junto ao grupo de professores e coordenação. Com intuito de compreender e observar como se daria este processo junto aos agentes diretos desta mudança.

Partindo deste objetivo e dos demais que circundam esta pesquisa, concluímos com êxito a proposta, tendo sido percorrida ao longo de seis prazerosos encontros, com noites frias e chuvosas, que não tiraram o brilho e ímpeto de nossas discussões. Nossos maiores desafios eram de lidar com o tempo que sempre se tornava curto para o tanto de problematizações que tínhamos.

Todos os desígnios que permearam o início deste trabalho foram observados e enriqueceram muito todo o material coletado. Quando reflito sobre os encontros, sinto um orgulho imenso de tê-lo executado.

Ao longo desta caminhada tive o privilégio de acompanhar o crescimento e amadurecimento de todos os que compuseram o grupo de pesquisa, onde as intervenções de cada uma que protagonizava as reuniões começavam tímidas, e por fim surgiam propostas e discussões pautadas em firmeza e clareza das suas exposições.

O ponto alto desta pesquisa trilha desde o início quando iniciei os diagnósticos, que buscavam explicitar o quanto este estudo seria, ou não, importante para essa comunidade escolar. E quando iniciei as conversas com as colegas fui percebendo que o então documento norteador da escola era, em sua imensa maioria, desconhecido por parte dos professores. Durante os primeiros encontros ficaram muito claras as posições dos colegas, que demonstravam insegurança quanto à política e proposta pedagógica da escola.

Conforme as discussões iam avançando, as professoras sentiam-se cada vez mais seguras para os questionamentos e para as decisões, delineando, assim, uma proposta condizente com os nossos interesses, digo nossos por atuar na escola.

Durante os encontros e à medida que realizávamos as leituras do documento fazíamos as alterações que julgávamos pertinentes. Acredito que a proposta das rodas de conversas auxiliou e muito para que facilitassem as colaborações de todos, nesta proposta todos tiveram vez e voz.

Após o término dos encontros, tivemos a clareza de que nada que tenha sido revisto no documento está pronto e acabado. O grupo compreende que este foi o início deste processo de apropriação e que novas discussões devem surgir para enriquecer ainda mais o PPP, que deve sofrer constante reavaliação.

Posterior, a entrega da reformulação do Projeto Político-Pedagógico da escola, este passará, ainda no mês de agosto, por mais uma assembleia com os funcionários da escola e com os responsáveis pelos alunos. Seguindo o seu encaminhamento para o Conselho Municipal de Educação ao final do referido mês.

Realizar um trabalho de forma coletiva torna ainda mais significativo os resultados coletados, uma vez que a todo tempo voltamos nossas inquietudes ao pensar na sociedade que queremos e quais cidadãos queremos formar. Alarcão (2001) aborda a questão da instituição educativa que sabe o que quer. Para a autora:

Uma escola que se assume como instituição educativa que Sabe o que e para onde vai. Na observação cuidadosa da realidade social, descobre os melhores caminhos para desempenhar a missão que lhe cabe na sociedade. Aberta à comunidade exterior, dialoga com ela. Atenta à comunidade interior, envolve todos na construção do clima da escola, na definição e na realização do seu projeto, na avaliação da sua qualidade educativa (ALARCÃO, 2001, p.26).

Utilizar o espaço da escola para realizar nossos estudos e reflexões tornou todo o processo ainda mais significativo. Além disso, saber que esta pesquisa-ação é vinculada ao curso de mestrado profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, com campus instalado aqui mesmo em nossa cidade, é motivo de muito orgulho. As atividades vinculadas ao Programa, especialmente esta, têm contribuído para o nosso desenvolvimento profissional, o que é enriquecedor. De fato, esta pesquisa mudou a comunidade ao qual todos estão inseridos.

Garcia (2016) aborda as questões que envolvem o desenvolvimento profissional, mencionando questões como identidade profissional dos professores, citando mudanças e melhorias na profissão. Destaco, a seguir, um trecho de sua importante contribuição:

Temos que considerar identidade docente como uma realidade que evolui e se desenvolve de forma individual e colectiva. A identidade não é algo que se possui, mas sim algo que se desenvolve ao longo da vida. A identidade não é um atributo fixo de- terminada pessoa, mas sim um fenómeno relacional. O desenvolvimento da identidade ocorre no terreno do intersubjectivo e caracteriza-se como sendo um processo evolutivo, um processo de interpretação de si mesmo enquanto indivíduo enquadrado em determinado contexto (GARCIA, 2016, p.12).

Finalizo com o imenso carinho e respeito por todos que fizeram parte deste trabalho, enriquecendo minha trajetória acadêmica, tornando-a ainda mais significativa.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. A escola reflexiva. In: ALARCÃO, Isabel (Org.). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. São Paulo: Artmed, 2001.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Rosenev; LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira Pesquisa Saúde*, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilidade da gestão escolar em Portugal. In: *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. FERREIRA Naura Syria Carapeto (Org.). 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Ministério da Educação: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Diário Oficial da União. Resolução nº4. Brasília, 2010.

CONTRERAS, José. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *Educar pela Pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas Atuais da Educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GADOTTI, Moacir. *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar*. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GARCÍA, Marcelo. Desenvolvimento Profissional: passado e futuro. *Revista de Ciências da Educação*, n. 8, jan/abr, 2009. Disponível em <http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/SAME/docs/Carlosmarcelo_Desenv_Profissional.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIMENES, Jucelene; PENTEADO, Miriam Godoy. Aprender matemática em grupo de estudos: uma experiência com professoras de séries iniciais. *Zetetike*, v. 16, n.1, p.73-92, 16 jan. 2009.

GÓMEZ, Margarita Victoria. O círculo de cultura como dispositivo de pesquisa e intervenção educacional. In: *VIII Colóquio Internacional Paulo Freire: Educação com prática de Liberdade: Saberes, vivências e (re)leituras em Paulo Freire*, 2013, Recife. Resumos. Recife: Centro Paulo Freire, Estudos e Pesquisas UFPE, 2013. v. 1. p. 1-15.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: Conceitos e potencialidades. In: *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 2014.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional*. São Paulo: Cortez, 2011.

JAGUARÃO. Prefeitura Municipal. *Projeto de Lei do Executivo n. 6.151/2015*. Institui o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Projeto de Lei. Jaguarão, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete regimento escolar. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/regimento-escolar/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

NÓVOA, António. Nada substitui um bom professor: propostas para uma revolução na formação de professores. In: GATTI, Bernardete Angelina et al. (Org.). *Por uma política nacional de formação de professores*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. *Assembleia Legislativa. Lei n. 14.705*, 2015. Institui o Plano Estadual de Educação. PEE. Projeto de Lei. Porto Alegre, 2015.

RICIERE, João Guilherme Barreto Prandini. SANTOS, Mateus Míoto Dos. Aspectos Sociais e Históricos da Infância e Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.25, n. 1, p.174-183, 2016.

ROSSI, Vera Lúcia de. *Gestão do Projeto Político-Pedagógico: Entre corações e Mentes*. São Paulo: Moderna, 2005.

SOUZA, Peres de Oliveira, Silvana. **Avaliação Institucional na Educação Infantil: uma ação intervencionista na EMEI Casa da Criança**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pampa - campus Jaguarão, Jaguarão, 2016.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa ação*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. In: *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papyrus, 1995 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto Político-Pedagógico: uma regulação regulatória ou emancipatória? *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, 2003. p. 1-7.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação superior: Projeto Político-Pedagógico*. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível*. Campinas: Papyrus, 2013.

APÊNDICES**APÊNDICE A – TERMO DE CONSCENTIMENTO PARA PESQUISA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO PROFISSIONAL
CAMPUS JAGUARÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Solicitamos a autorização para a realização de um questionário que auxiliará no projeto de pesquisa sob responsabilidade da acadêmica Carla Silva Tormam com orientação da professora Dr^a Paula Trindade da Silva Selbach, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O nome e a identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pela pesquisadora responsável.

Haverá o compromisso de divulgação dos dados obtidos apenas em reuniões e publicações científicas conforme as determinações éticas da Instituição.

Jaguarão, ____ de _____ de 2018.

APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO COM A PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.

Roteiro de Entrevista voltado à elaboração de diagnóstico pela pesquisadora Carla Silva Tormam ao projeto de pesquisa do curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa.

Nome: _____

Formação: _____

Área de atuação: _____

Durante o ano de 2017 a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Universidade Federal do Pampa realizaram formações voltadas à construção dos documentos norteadores das escolas de Educação Infantil deste Município, qual foi o seu papel neste trabalho. _____

Como surgiu esta proposta voltada as Escolas de Educação Infantil do Município de Jaguarão. _____

A partir das propostas lançadas nos encontros, houveram devolutivas das escolas ou algum acompanhamento por parte dos organizadores das formações durante a construção dos documentos? _____

APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS JUNTO AO GRUPO DA PESQUISA.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEdu)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
CAMPUS JAGUARÃO**

Caros Professores:

Esta Pesquisa será utilizada como forma de compreender suas reflexões e percepções sobre a nossa escola, especialmente as questões que envolvem o Projeto Político-Pedagógico, este questionário será de extrema importância a sua colaboração com a mesma:

Desde já agradeço!!!

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Tempo de atuação no Magistério (em anos)? _____

1.2. Tempo de atuação na Rede Municipal (em anos)? _____

1.3. Tempo de atuação na Escola (em anos)? _____

1.4. Formação? _____

1.5. Carga horária de trabalho (semanal/em horas)? _____

2. PERCEPÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:

2.1. Conhece o PPP da escola? Se sim, há quanto tempo? _____

2.2. Participou da construção do PPP? _____

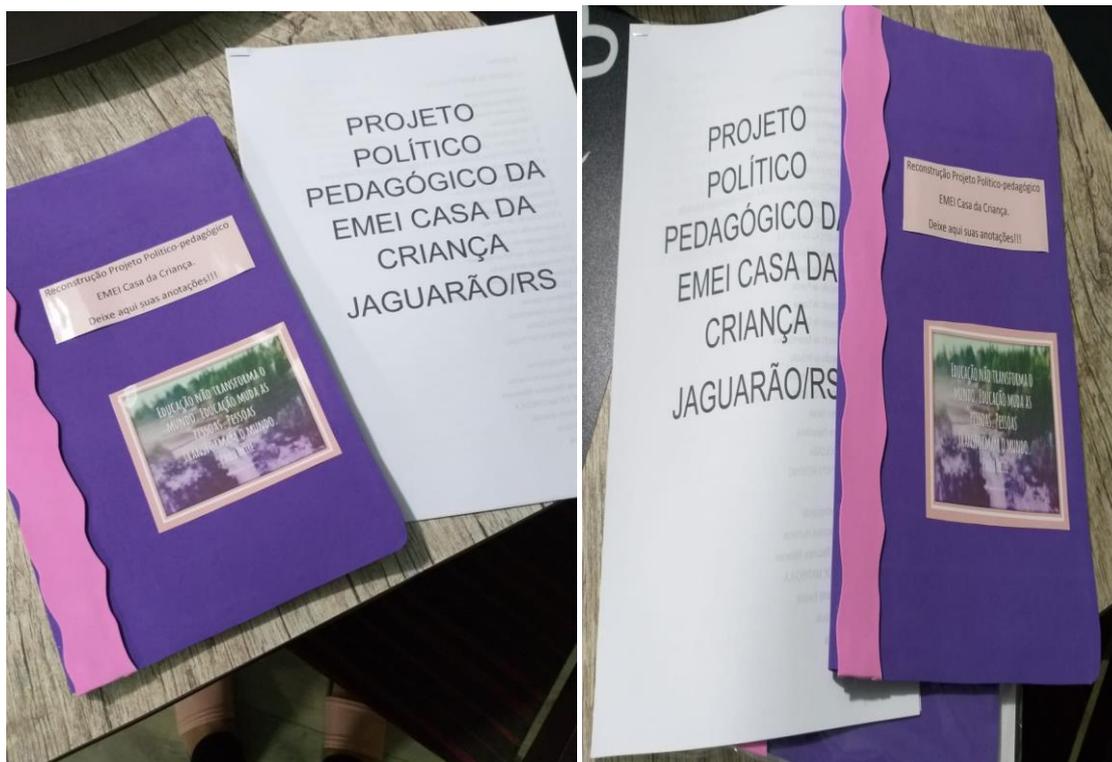
2.3. Em nossa escola há momentos e espaços para discussão e reflexão, considerando o PPP da mesma? _____

2.4. Como você percebe os reflexos do PPP:

A) na escola como um todo; _____

B) para o seu planejamento na sala de aula; _____

2.5. Acredita ser significativo estudar, refletir e avaliar o PPP em relação as nossas ações diárias na escola? _____

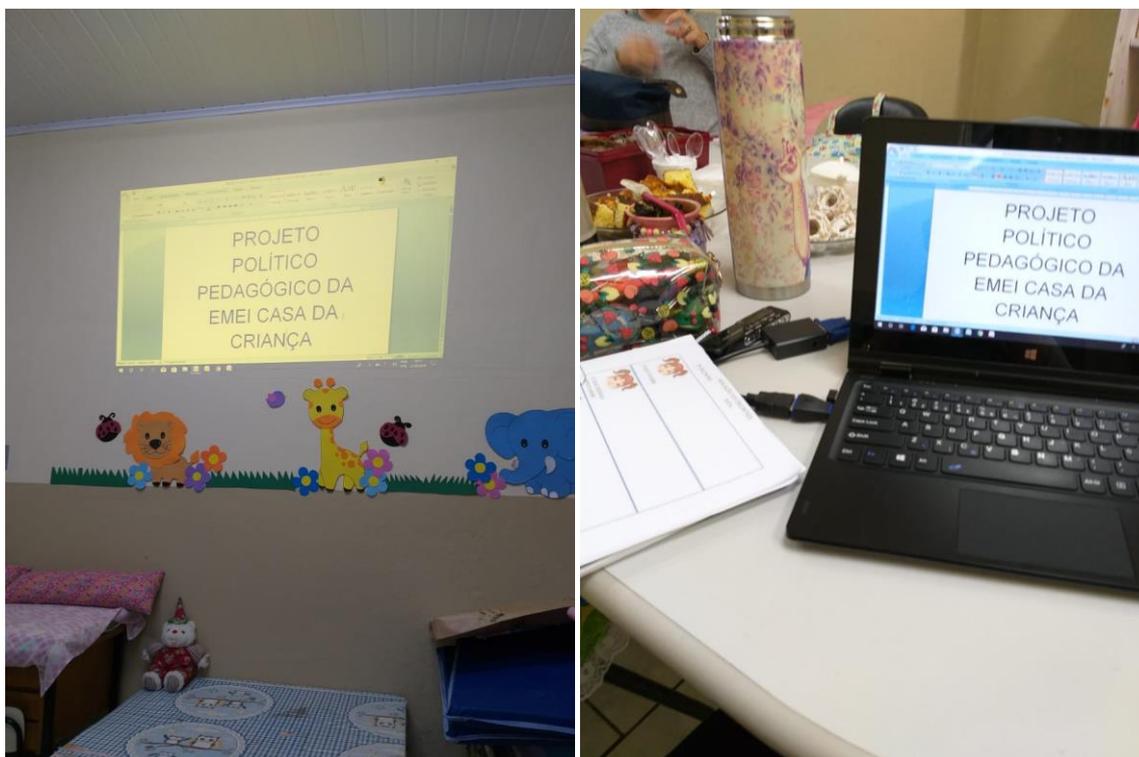
APÊNDICE E – FOTOS CADERNOS E PPP

Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

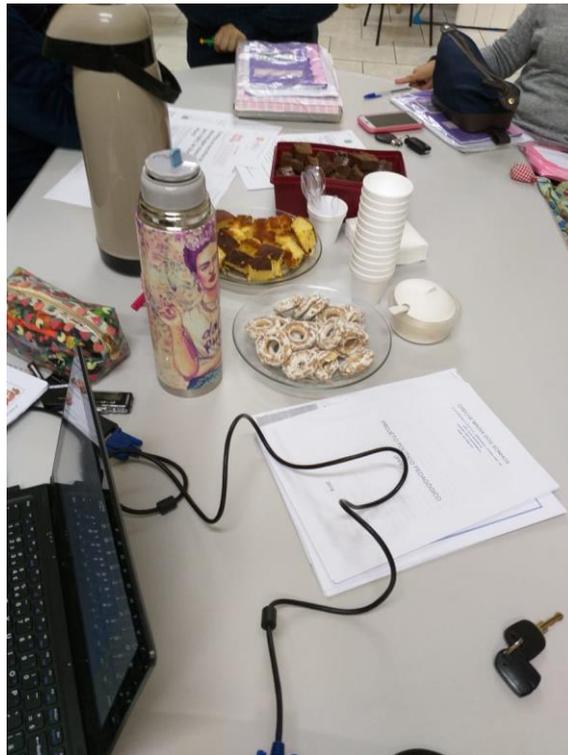
APÊNDICE F – FOTOS DOS ENCONTROS



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.